



# **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRANCOSO**

## **ACTA n.º 14**

**QUADRIÉNIO DE 2013 – 2017**

(Artigo 57º da Lei nº75/2013 de 12 de Setembro)

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE TRANCOSO DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

----- Aos vinte e nove dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, pelas catorze horas e trinta minutos, no auditório do Pavilhão Multiusos, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Trancoso, legalmente convocada para o efeito e presidida por José Amaral Veiga, seu Presidente. A ordem de trabalhos foi a seguinte: -----

**I - Período de Antes da Ordem do Dia.** -----

**II - Ordem do dia:** -----

----- **Ponto número um** – Apreciação da informação do Presidente da Câmara acerca da actividade desta e da situação financeira do Município; -----

----- **Ponto número dois** – Análise, discussão e votação da 1ª revisão ao Orçamento da receita e da despesa e das Grandes Opções do Plano para 2016; -----

----- **Ponto número três** - Análise, discussão e votação da proposta relativa à autorização para realização de uma despesa plurianual, relacionada com a recolha de resíduos sólidos urbanos; -----

----- **Ponto número quatro** – Análise, discussão e votação da proposta de atribuição de um apoio financeiro, à União de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, destinado ao pagamento inerente à aquisição de um armazém; -----

----- **Ponto número cinco** – Análise, discussão e votação da proposta de atribuição de um apoio financeiro, à União de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, destinado à organização do Carnaval de 2016; -----

----- **Ponto número seis** – Análise, discussão e votação dos pedidos de reconhecimento de interesse publico, no âmbito do DL nº 165/2014 de 5 de Novembro, relativamente às seguintes actividades produtivas:

a) Ovil, sito no lugar do Espinheiro, limite da União de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital

b) Ovil, sito no lugar do Rajal, limite da União de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital

c) Lavagem de inertes, no lugar da Ribeira, limite da União de Freguesias de Vale do Seixo e Vila Garcia

----- **Ponto número sete** – Designação de um representante de cada partido com assento na Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal da Juventude. -----

**III - Período de Intervenção do Público.** -----

----- Depois de assinada a folha de presenças, para verificação de quórum, constatou-se a falta dos membros da assembleia Júlio José Saraiva Sarmento; Joaquim Figueiredo Ribeiro e Maria da Conceição Trabulo F. Alexandre, membros do Grupo Municipal do Partido Social-Democrata. Estas faltas foram devidamente anotadas, assim como as registadas pelos Presidentes de Junta das Freguesias de Granja, Joaquim Monteiro Gambôa; de Palhais, Hélio José Meireles Martins; de Reboleiro, José Dinis Pinto Mateus e da União das Freguesias de Vale do Seixo e Vila Garcia, António Paulo Inácio Albino. -----

----- Estiveram ainda presentes, em representação da Câmara Municipal, o senhor Presidente do Município, Amílcar José Nunes Salvador, bem como os senhores Vereadores Eduardo António Rebelo Pinto, Humberto Cristovão do Nascimento Almeida e João Paulo Rodrigues Matias. -----

Consideram-se ainda faltosos, nos termos do nº2 do Art.º 30º, do Regimento da Assembleia Municipal – o qual prevê que: “*Será considerado faltoso o membro da Assembleia que só compareça passados mais de trinta minutos sobre o início dos trabalhos, ou, do mesmo modo, se ausente dos mesmos, por período igual de tempo*”, o membro da assembleia Joaquim Gomes Bernardo, do Grupo Municipal do PS. -----

----- O Presidente da Mesa iniciou a sessão colocando à discussão a acta da sessão anterior. Não havendo intervenções e posta à votação, a mesma foi aprovada por maioria com duas abstenções por parte dos membros da assembleia João Baptista e Nadine Ambrósio, que justificaram o seu voto pelo facto de não terem estado presente. -----

----- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **Período Antes da Ordem do Dia**. -----

----- No uso da palavra o membro da Assembleia, Luísa Gil, disse ser do conhecimento público que estão a decorrer obras de remodelação na Igreja de Santa Maria de Guimarães em Trancoso. Disse que para além de um ser um edifício de culto religioso é, também, um monumento com imenso valor artístico, mais ainda, quando as obras a que está a ser sujeito colocaram a descoberto pormenores de interesse estrutural e arquitectónico e outros pormenores de interesse escultórico. Congratula-se com o facto do Executivo ter colaborado com vinte mil euros para ajudar a suportar o custo das obras a realizar e ter disponibilizado os arqueólogos da Câmara Municipal para acompanharem os trabalhos. Porém, salientou que alguns elementos artísticos encontrados e outros existentes, necessitam ser intervencionados e restaurados sendo que para este fim não existem verbas disponíveis. Assim, disse que se realizaram algumas atividades, como por exemplo visitas guiadas “em obra”, cujo objectivo foi esclarecer a população sobre o interesse do edifício, para além do culto religioso, mas, enquanto património. Apelou para que todos colaborassem nas acções que ainda venham a ser realizadas e, neste contexto, disse que era necessário num futuro próximo, que se constituísse em Trancoso um núcleo de interesse histórico abrangente, entrando a cidade na rota do românico e que pudesse atrair gente a Trancoso. -----

----- O Presidente da Mesa mencionou que tinha integrado um grupo de visita à igreja de Santa Maria de Guimarães e que ficara a saber, através dos esclarecimentos prestados pelos arqueólogos da Câmara, que a mesma teve uma origem anterior ao principio da nacionalidade com intervenções sucessivas, com elementos românicos medievais que considerou terem sido uma verdadeira revelação. -----

----- Interveio o deputado Paulo Leocádio referindo que visitou a igreja e ficou surpreendido com o património que a mesma possuía. Endereçou os parabéns à Câmara Municipal e AENEBEIRA por mais uma realização da Feira do Fumeiro, considerando ser uma mais valia para Trancoso. Chamou à atenção, através da apresentação de diapositivos, para o facto de o documento que tinha sido enviado pela Câmara, relativamente à ARU, ser, basicamente, uma cópia do de outros concelhos como Sintra, Seia, Covilhã, Mêda, Sernancelhe, Mirandela. Neste caso, disse custar-lhe acreditar que os objectivos de Trancoso, assim como as medidas para os alcançar, fossem iguais aos de Sintra. Afirmou que quem

elaborou o projecto da ARU de Trancoso se tinha limitado a copiar o de outro local apenas para dizer que o mesmo estava realizado, não iria servir de nada. Considerou que quando algo tem de ser feito por imperativo legal ou por proposta sancionada em eleições, dever-se-ia fazer a pensar unicamente em Trancoso e saber realmente o que se pretendia para esta área urbana. -----

----- Interveio o Presidente da União de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, António Pina, a perguntar porque razão a biblioteca se encontrava encerrada aos domingos, uma vez que tinha sido aprovado, numa das ultimas sessões, o aumento de pessoal a trabalhar no centro cultural de Vila Franca das Naves. Relativamente ao boletim municipal de janeiro de 2016 disse que gostaria de saber quais os critérios que o Município utilizava para a execução do mesmo. Julga ter havido falta de cuidado ao colocarem no evento referente à Festa da Vindima, realizado em Vila Franca das Naves, uma fotografia do Presidente da Câmara com a bandeira do rancho folclórico de Póvoa de Meadas, Alentejo, em vez de ter sido colocada uma foto do mesmo com a bandeira do rancho de Vila Franca das Naves. -----

----- No uso da palavra, o membro da assembleia Leonel Alves referiu subscrever a intervenção do membro da assembleia, Paulo Leocádio, relativamente à cópia de documentos. Disse ter reparado, no documento da actividade municipal, projectos executados e outros previstos mas que não tinha vislumbrado nada relativamente à estação de caminhos de ferro em Vila Franca das Naves. Gostaria de saber se já tinha havido algum contacto com a REFER, com a CP, em conjugação com a Junta de Freguesia, relativamente a essa questão e à requalificação do mercado. Questionou, também, se estava nos horizontes do Presidente do Município fazer constar no cartaz da próxima feira da castanha: “Feira da Castanha e do Vinho”, pois, na sua opinião, o vinho era uma parcela de rendimento das pessoas deste Concelho e seria importante existir uma feira a promover esse produto. -----

----- Interveio o membro da assembleia João Baptista fazendo alusão a um caso de Tondela onde um deputado da assembleia de freguesia de Molelos tinha sido condenado, pelo Tribunal de Tondela, em mil trezentos e cinquenta euros de multa por desobediência, passando a citar: *“Detido por gravar sessão, após votação, que decidiu recusá-lo. Luís Figueiredo iria reproduzir o conteúdo no jornal de que é director. O Tribunal entendeu que a reserva da vida privada e o direito de imagem são direito fundamental.”* Questionou qual era a opinião do Presidente da Mesa relativamente a este caso, sabendo que se trata de um acto publico. Louvou a intervenção do membro da assembleia Paulo Leocádio pela sua frontalidade e a equidistância no seu propósito de intervenção referindo que este tipo de contributos permitiriam, no futuro, haver outro tipo de cuidado naquilo que se publica. Deixou um cumprimento amigo à ex-vereadora Dr.ª Ivone e referiu que era justo realçar o contributo que a mesma deu enquanto vereadora na Câmara Municipal. Disse, também, não ter duvidas que foi um elemento que contribuiu para a vitória politica do Prof. Amílcar como Presidente para este mandato. Endereçou as maiores felicidades, êxitos pessoais e institucionais à Dr.ª Ivone. Salientou não ter visto no boletim municipal nenhuma fotografia da ex-vereadora, parecendo-lhe que não houve um justo agradecimento ao seu contributo. Questionou o que é que a Câmara Municipal já tinha desenvolvido em matéria de apoios ao investimento.

----- O Presidente da Mesa disse que enquanto jurista e advogado no activo não se iria pronunciar sobre

a decisão de um tribunal relativamente à publicitação das assembleias municipais. Referiu desconhecer essa decisão, mas que, sobre essa matéria, o Regimento da Assembleia Municipal de Trancoso no seu artº42º dizia: "As reuniões da Assembleia Municipal podem ser filmadas e difundidas online pelos serviços do Município que devem manter os respectivos registos visuais e, na medida do possível, disponibilizá-los no sítio eletrónico da Assembleia Municipal." Disse que se a transmissão on-line destas sessões causasse alguma dificuldade ou dúvidas sobre a sua legalidade, todos seriam responsáveis, uma vez que o Regimento tinha sido aprovado por unanimidade. Salientou, também, que as sessões da Assembleia da República eram transmitidas em directo e que, antes das sessões desta Assembleia Municipal serem transmitidas online, já outras assembleias municipais do país o faziam. Parece-lhe que no caso referido pelo Sr deputado João Baptista, deveria existir algo mais, já que sendo públicas as sessões das assembleias municipais, a qualquer pessoa era permitido tirar as notas e colher as imagens que entendesse. -----

----- Usou da palavra o membro da assembleia Tomás Martins passando a ler: "*Há um tempo para assumir a divergência, para acentuar a crítica, para o combate, para convencer. Decorrido esse tempo, há um outro tempo para dialogar, unir, congregar e convergir. Se não soubermos, muito rapidamente, agarrar naquilo que nos une, e é muito mais do que aquilo que nos divide, se não canalizarmos, no mesmo sentido, todas as nossas energias, se não lutarmos estrategicamente unidos com a força indomável do crer, o nosso futuro colectivo terá inevitavelmente os dias contados.*" Disse que se sentia orgulhoso, enquanto trancosense, de ter visto publicado um texto com honestidade intelectual num boletim que considera completamente inócuo e que, na sua opinião, esse texto deveria ter sido o Editorial. Agradeceu ao Presidente da Assembleia Municipal pela qualidade do texto e que iria guardá-lo pois considerou ser um exemplo de como se deveria estar na política e na vida. Relembrou que existiram várias críticas relativamente à data de realização da Feira de São Bartolomeu e que, novamente, constava no boletim municipal uma data que iria de encontro às mesmas críticas. Referiu que o início seria próximo do dia 15 de Agosto e, a partir desse dia, os expositores e agentes de actividade económica não queriam participar. Pensa ainda ser tempo de atalhar caminho e salientou que o Presidente do Município tinha sido eleito para gerir aquilo que era de todos, apelando a este para ouvir as pessoas porque senão o resultado seria sempre o mesmo. Mencionou que a mesma situação se passa com o mercado municipal pois, em anteriores sessões, sugeriu que o projecto fosse debatido e, pelos vistos, o mesmo iria entrar em execução sem que nenhum membro desta assembleia tivesse percebido alguma coisa daquilo que iria ser realizado. Transmitiu a preocupação de alguns comerciantes que ocupam aquele espaço no sentido de não serem realizadas essas obras no período mais forte do ano, ou seja, no Verão. -----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu as palavras do membro da assembleia acerca do seu artigo no boletim municipal referindo que, num período cada vez mais difícil para o interior, tinham de se congregarem esforços e que tinha sido um modesto contributo no sentido de se esbaterem as divergências no futuro. Deu a palavra ao Presidente do Município para responder às questões colocadas. -----

----- O Presidente do Município referiu, a propósito da intervenção do membro da assembleia Luísa Gil, que desde a primeira hora tinham aceite a ideia transmitida pelos arqueólogos do Município de se fazerem visitas guiadas à Igreja de Santa Maria. Disse que a Câmara estava disponível para continuar a colaborar e seria importante que todos continuassem a trabalhar em prol dessa e outras obras. Quanto à questão levantada pelo membro da assembleia, Paulo Leocádio, referiu que o trabalho relativamente à ARU tinha sido elaborado por uma empresa DOMUSREHABITA que a CIM contratou, não tendo sido necessário, por parte da Câmara, disponibilizar nenhuma verba para esse trabalho. Concordou que não havia necessidade de ter sido um trabalho copiado, embora os objectivos estratégicos, muitas das vezes, fossem semelhantes. Informou que estava a ser elaborado, com base na ARU, um plano estratégico de reabilitação urbana onde constavam os principais investimentos públicos como a reabilitação e requalificação do mercado municipal, cujo projecto foi elaborado pelos técnicos do Município; os Paços do Concelho; a requalificação do Palácio Ducal; a adaptação do edifício da antiga cantina da escola primária, criando aí um centro de apoio à terceira idade; a remodelação do antigo quartel da GNR; a requalificação da calçada da Srª da Fresta e envolvente do cemitério; a requalificação urbana do Largo Eduardo Cabral; a requalificação urbana da envolvente do mercado municipal onde normalmente se encontram os vendedores de loiça à sexta-feira e, possivelmente, a requalificação na Rua da Corredoura. Relativamente à questão levantada pelo Presidente da União de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, disse não ser verdade o aumento de pessoal no Centro Cultural de VFN e que em Trancoso, o Centro Cultural, não estava aberto ao domingo, a não ser quando houvesse necessidade. Relativamente à questão da fotografia que consta no boletim municipal, o Presidente disse que as pessoas que nela apareciam tinham vindo de tão longe que mereciam honras. Mencionou que os critérios de elaboração do boletim se inseriam nos princípios que sempre defenderam, rigor, clareza, transparência e informação. Mencionou que um povo desinformado seria sempre um povo enganado e que o boletim tinha como objectivo transmitir informação a todos os munícipes acerca do que se vai fazendo. Relativamente às questões levantadas pelo membro da Assembleia, Leonel Alves, informou que já tinham havido mais alguns contactos com a CP, tendo sido solicitado, pela mesma, um projecto entre as Câmaras envolvidas clarificando o que pretendiam. Afirmou que tudo fariam para que a tal loja de produtos endógenos fosse aberta na estação. Quanto à reabilitação do espaço do mercado em Vila Franca Das Naves e zona industrial, na rua da Póvoa, disse serem obras cuja intenção era avançar com elas durante o ano de 2016. Relativamente à sugestão da Feira da Castanha vir a ser, também, feira do vinho, disse estarem a tempo disso, mas, no boletim, na página de eventos, já aparecia referenciado o Festival das Vindimas em Vila Franca das Naves dias 17 e 18 de Setembro. Salientou que a Câmara recebeu de braços abertos esta iniciativa e, também, estaria disponível para trabalhar com a Cooperativa, com o rancho folclórico de VFN e com a Junta de Freguesia para que consiga um grande evento. Quanto à intervenção do membro da Assembleia, João Baptista, a propósito da ex Vereadora, Ivone Mouco, disse que só têm de se congratular com o seu contributo e fizeram-no logo na primeira reunião de Câmara. Mencionou que se analisasse o boletim municipal, na página 5, a ex Vereadora Ivone Mouco aparecia referenciada. Quanto

à questão dos apoios lembrou que a todas as realizações, no âmbito do mercado de gado e da agropecuária, a Câmara Municipal afecta algumas verbas facilitando e isentando as entradas e as guias relativas aos animais. Foi estabelecido um protocolo com a UTAD no âmbito da castanha, que decorrerá até ao ano 2018. Informou estar agendado mais um mercado e exposição de gado para o dia 18 de Março. Relativamente à intervenção do membro da Assembleia, Tomás Martins, referiu, que, quanto à Feira de São Bartolomeu pensa terem sido sempre estas as datas da sua realização. Informou que a feira, este ano, decorreria entre os dias 12 e 21 de Agosto, estando a pensar-se comemorar o dia 24 para assinalar o dia de São Bartolomeu. Porém parece-lhe serem as datas mais indicadas para a realização da feira. -----

----- O membro da Assembleia Tomás Martins referindo-se às suas intervenções, esclareceu que quando intervém, “não insinua nada até por que entende que a insinuação é a arma dos cobardes”. Aquilo que afirmou foi que “enquanto Presidente da Câmara, o Prof. Amilcar Salvador teima em não ouvir o que se passa à sua volta, nem aquilo que se vem aqui dizer”. Entende não ser esta, uma posição correcta porque os membros da Assembleia dão os seus contributos de boa fé. Salientou “que quando intervém não insinua nada, afirma”. -----

----- Interveio novamente o Presidente da União de VFN e Feital afirmando que relativamente ao boletim municipal só questionou quais eram os critérios da sua elaboração pois pensa que o mesmo poderia servir para muito mais. Estranhou ver publicada a festa do pijama e não ver nada relativo ao evento do carnaval em Vila Franca das Naves ou sobre o festival realizado pela associação desportiva do Feital. Pensa que o Presidente do Município utiliza o boletim para se promover porque de outro modo teriam sido publicados eventos de todas as freguesias. A única coisa que faz referência a uma freguesia é o Festival das Vindimas porque, na sua opinião, este Executivo, quer fazer com esse festival a mesma coisa que o anterior Executivo fez com a Festa da Castanha que se iniciou na Póvoa do Concelho e agora está a ser realizada em Trancoso. -----

----- O membro da Assembleia, Tomás Martins, como pedido de esclarecimento, questionou qual seria a tipologia de intervenção que iria ser feita no mercado municipal. Em resposta o Presidente do Município aconselhou o Presidente da União de Freguesias de VFN e Feital a ler mais atentamente o boletim municipal, uma vez que se encontram notícias de Freches, Cogula, etc. A propósito do mercado municipal disse que o projeto tinha sido elaborado pelos serviços técnicos, sendo uma intervenção não muito profunda, feita na zona dos talhos. Quanto ao resto edificado pode-se apenas, recuperar o que existe. Relativamente ao timing da intervenção disse ter registado a proposta e sabe bem que não pode abdicar daquele espaço no Verão. -----

----- O Presidente da Mesa informou que se iria passar à **Ordem do Dia** enunciando os respectivos pontos da ordem de trabalhos, passando seguidamente ao **ponto um**. -----

----- Usou da palavra o Presidente do Município referindo que dois meses se passaram desde a última sessão e que o mau tempo não permitiu a realização de grandes trabalhos por parte dos serviços externos, a não ser o reparo de algumas derrocadas, manutenção de algumas estradas e caminhos

rurais. Salientou a execução de alguns passeios na Avenida Nuno Alvares Pereira, salientou a questão da iluminação e do fim de ano, a montagem dos palcos e a Feira do Fumeiro, disse que se começaram a colocar alguns abrigos junto às escolas, nas paragens de autocarros. Evidenciou a contribuição dada aos agrupamentos de escolas para que participem no carnaval quer em Trancoso, quer em Vila Franca das Naves, e, também, referiu a contribuição da Câmara Municipal para algumas exposições na Cogula. Salientou as reuniões com a Câmara Municipal de Sernancelhe na tentativa de solucionarem a questão da repavimentação da estrada de Sernancelhe ao limite de Guilherme e, referiu as diligências com a DGEST de forma a se poder avançar com a construção do Centro Escolar na Ribeirinha. Informou, ainda, que houve uma reunião no dia 5 de Janeiro com a Caixa Geral de Depósitos a propósito da PPP (Parceria Público Privada) negociando os interesses da Câmara. -----

----- Interveio o membro da assembleia João Baptista agradecendo a correcção por parte do Presidente do Município relativamente à sua anterior intervenção quando referiu que a ex-vereadora não figurava no boletim municipal, mas que em 109 ilustrações, aparece apenas só uma da ex-vereadora. Sobre a reunião da CGD questionou se, da mesma, tinha resultado algo para que o Município consiga encetar negociações por forma a não ser fortemente onerado. Perguntou ainda como estava a situação do Centro Escolar da Ribeirinha. Disse que tem visto colaboradores na Casa do Bandarra e uma vez que não existem conteúdos nela, considera que esta não deveria estar aberta. Reconheceu o cumprimento pela parte da Câmara ao apoio do investimento no novo quartel dos bombeiros. Na sua opinião, no boletim teria sido bom referir que é uma obra superior a um investimento de um milhão e cem mil euros. Questionou quais obras estruturantes estavam previstas e inseridas no quadro comunitário e quais beneficiariam de apoio. Disse ter sérias dúvidas relativamente ao Palácio Ducal porque no boletim consta que: *“o município propõe -se agora mandar elaborar o projecto por forma a eventualmente ali poderem vir a ser instalados os futuros Paços do Concelho.”* Questionou quanto se previa gastar nesse investimento, e admitindo que não seria apoiado ao abrigo do quadro comunitário como iria ser arranjada forma de assegurar a reabilitação daquele espaço. Relativamente ao mercado municipal questionou para onde seriam deslocados os vendedores quando esse entrasse em reabilitação. Quanto ao projecto ser a “céu aberto” salientou que boa parte dos comerciantes discordavam desse tipo de tipologia. Pensa não ser a obra que Trancoso precisava para aquele sitio, sugerindo por exemplo uma praça coberta, com lojas. Seria importante também abrir a rua do lado sul, que em tempos existiu e que foi cedida à junta autónoma de estradas, para que fosse possível circular por todo o perímetro da praça. Pensa que o projecto deveria ser reanalisado e saber se seria possível fazer um parque de estacionamento subterrâneo. Mudando de assunto, sugeriu que houvesse mais passadeiras assinaladas, conforme a que se encontra junto da pastelaria Reboleirense, de forma a evitarem-se atropelamentos como o sucedido junto à passadeira na zona Galp. -----

----- Interveio o Presidente de Junta da União de Freguesias de VFN e Feital, António Pina, fazendo referência a catorze espaços onde a empresa Águas da Teja fez intervenções e continuam por compor. --

----- Usou da palavra o membro da assembleia Tomás Martins, considerando a informação da actividade



municipal muito escassa. Pensa que as reuniões de trabalho que constam na mesma deveriam referir qual o assunto analisado. Sugeriu que quando elaborassem a informação seria preferível colocar menos coisas e dar cumprimento ao artigo 17º do Regimento da Assembleia Municipal. Apresentou o seguinte requerimento à Mesa: *“O Grupo Municipal do PSD vem requerer o envio a todos os eleitos, com assento nesta Assembleia Municipal, uma relação dos contratos celebrados no ano económico de 2015, resultantes de procedimento pré-contratual “Ajuste Direto”, que não tenham sido objecto de publicitação no Portal Base Gov, com a seguinte informação: Objecto do contrato; Preço contratual; data da celebração do contrato; tipos de contrato e adjudicatário. A informação solicitada deverá ser disponibilizada juntamente com os restantes documentos de suporte à próxima reunião ordinária da Assembleia Municipal. “*-----

----- No uso da palavra o Presidente da Mesa referiu que o Presidente da Câmara tomava desde já conhecimento do conteúdo do requerimento mas que ser-lhe-ia enviada cópia do mesmo para que decidisse conforme entendesse. Relativamente ao artº17 considera que não se deve cair no exagero. Pensa que se o Presidente da Câmara, na sua informação, transmitiu que esteve reunido com o deputado A ou B, não vê que parecer ou publicação possa acompanhar a informação na medida em que se tratam de reuniões que não estariam sustentadas de pareceres ou estudos técnicos. Disse que a informação vem à Assembleia, e esta pode questionar o Presidente do Município sobre os temas que tratou com as pessoas que referiu. Parece-lhe que a interpretação que devem dar a este artigo são relatórios e pareceres técnicos de tomadas de posição da Câmara que possam ajudar à compreensão das mesmas deliberações. Parece-lhe bem que a Câmara comece a enviar a informação que se justifique. -----

----- Usou da palavra o membro da assembleia, José Nascimento, referindo que na informação da actividade municipal deveria haver menos quantidade na exposição de assuntos tratados e mais qualidade. Disse que a pág. cinco referia, ida ao Reboleiro, agradecendo a presença no aniversário da Associação Cultural e uma reunião com a Liga de Melhoramentos. Questionou se destas visitas, poderiam tirar algum proveito. Relativamente ao Polo escolar da Ribeirinha gostaria de saber em que ponto se encontrava. Quanto à limpeza diária, que se verifica na sede do concelho, questionou se estivessem à espera da mesma no Reboleiro e outras freguesias, se essa ocorreria. Disse que têm beneficiado de um POC e de um empregado da Câmara mas que, em quarenta e cinco dias de trabalho, beneficiam do trabalho desse funcionário dez dias. Questionou quem faz a limpeza das sargetas, ruas e tudo o que existe nos outros dias. Disse que poderiam ser elementos das juntas se, para tal, tivesse havido delegação de competências. Disse que o Presidente do Município insiste em não aceitar esse tema como útil para as freguesias, mas, no seu entender, é um mau serviço que o Município presta às freguesias, ao não delegar competências para o efeito. Se fossem delegadas, teriam a obrigação de limpar, arranjar, mas também beneficiar. Disse também existirem intervenções feitas pela empresa Águas da Teja em ruas urbanas e, todas elas, é a junta a arranjar. Pediu o favor ao Presidente do Município para não desprezar o tema de delegação de competências. -----

----- No uso da palavra o Presidente do Município disse que relativamente às questões colocadas pelo membro da assembleia João Baptista, a propósito da reunião com a Caixa Geral de Depósitos, solicitaria a palavra ao vereador João Paulo Matias para ele abordar esse assunto uma vez que o tem acompanhado mais de perto. Relativamente ao Centro Escolar da Ribeirinha referiu que as coisas estavam bem encaminhadas, tendo sido feito um levantamento das crianças existentes naquela zona geográfica e um assunto que foi abordado em Conselho Municipal da Educação. Disse ser uma obra já financiada, com terreno disponível, o projecto de arquitectura, acompanhado pela DGEST, estava quase elaborado e que os projectos de especialidades seriam colocados a concurso na próxima semana. Quanto à questão da Casa de Bandarra disse estar aberta para servir de recepção ao Centro de Interpretação Judaico Isaac Cardoso porque, neste tempo frio, seria impossível alguém estar nesse centro. Informou que muito em breve os conteúdos estariam disponíveis uma vez que já tinham sido lançados os procedimentos concursais para a sua aquisição. Relativamente à questão do Palácio Ducal mencionou que aquele parágrafo no final do boletim, foi com o intuito de ouvir as pessoas e poderia vir a ter esse fim. Crê ser uma obra que poderá vir a concretizar-se. A estimativa da obra será de setecentos e cinquenta mil euros, só a parte do Palácio Ducal. Relativamente ao mercado disse que a tipologia será a existente e que, face à situação financeira que se vive, seria impossível demolir tudo. Reconhece que o projecto não será o ideal, mas o importante é que a obra avance para dar melhores condições. Quanto à questão da iluminação junto das passadeiras disse concordar com o facto desta vir a ser melhorada. Relativamente à informação da actividade municipal disse que iriam procurar melhorar. Em resposta ao Presidente da União de Freguesias de VFN e Feital disse que nunca estiveram tão perto, como agora, de tapar os buracos que lá se encontram. -----

----- Em pedido de esclarecimento, o membro da assembleia Tomás Martins questionou quais freguesias iria servir o Polo Escolar da Ribeirinha. Afirmou concordar com a aposta de se concretizar aquela obra.-----

----- Em resposta o Presidente do Município disse que os dados do levantamento referem-se às freguesias de Palhais, Reboleiro, Guilherme, União de Freguesias de Torre, Torre do Terrenho e Sebadelhe da Serra, Rio de Mel, e, eventualmente, Castanheira.-----

----- O membro da assembleia João Baptista, em pedido de esclarecimento, disse não ter ficado suficientemente esclarecido quanto ao Palácio Ducal questionando se a obra seria ou não participável enquanto destino de Paços do Concelho. Quando a área é exígua à actual estrutura e como a intervenção rondará os 600 m<sup>2</sup>, questionou se os Paços do Concelho iriam para o Palácio Ducal por este ter mais área ou se iria ser feita uma primeira intervenção e, no futuro, iriam haver subsequentes intervenções. Disse que se calhar nos 600 m<sup>2</sup>, o Presidente do Município, não conseguiria localizar aquilo que pretendia. Considera que na estrutura do antigo quartel da GNR poderiam ser deslocalizados alguns serviços. -----

----- Em resposta o Presidente do Município disse uma vez que a ARU se encontrava aprovada poderia vir a ser um dos investimentos financiados. Acredita ser mais fácil recuperar um edifício que se encontra

meio construído e dar entrada de imediato dos serviços, do que, depois, estar a sair e regressar. Quanto às áreas disse ter tido o cuidado de as solicitar aos serviços técnicos, sendo que o actual espaço dos Paços do Concelho possui uma área de 425 m<sup>2</sup>, tirando hall de entrada e escadas, comparativamente a área do Palácio Ducal que era muito superior, podendo assim virem a ser albergados praticamente todos os serviços. Relativamente ao mercado disse ter ido a concurso com setecentos e setenta e oito mil euros mas houve propostas muito inferiores. Disse não lhe parecer ser um valor muito alto o de setecentos, oitocentos mil euros para a intervenção no Palácio Ducal. -----

----- Com a anuência do Presidente da Câmara, o Presidente da Mesa deu a palavra ao vereador João Paulo Matias. -----

----- O vereador expôs que a reunião com a CGD vinha na sequência da apresentação das conclusões das auditorias apresentadas numa das sessões anteriores. Recordou que nessa sessão da Assembleia Municipal tinha sido dito que a Câmara iria privilegiar a via do consenso de uma solução extra judicial para este conjunto de problemas que traz a Parceria Publico Privada e foi delineada uma proposta, em conjunto com a Dr<sup>a</sup> Clara Silva para apresentar quer à MRG, quer à CGD. Disse que a reunião com a MRG se realizou no mês de Dezembro e a da CGD nos primeiros dias de Janeiro de 2016. Salientou que essa proposta passava por dissolver a PACETEG e, no âmbito dessa dissolução, os equipamentos de que detinha propriedade, Central de Camionagem, direito superfície do Campo da Feira e Centro cultural de Vila Franca das Naves, seriam transferidos para a Câmara Municipal. A diferença de quatro milhões e meio resultantes da estimativa técnica no custo da construção das obras seria assumido pelos privados, ou, na pior das hipóteses, pelos envolvidos, CGD, MRG e Câmara Municipal de Trancoso. No que diz respeito à reunião com a MRG informou não terem visto nenhuma receptividade para esta proposta. No que diz respeito à CGD, também, não viram nenhuma receptividade e foram informados que a acção contra a Câmara Municipal já estaria pronta a entrar. Entenderam que a Câmara aqui não deveria esperar e ter um papel mais activo, ou seja, intentar uma acção quer contra a CGD, quer contra a MRG. Finalizou referindo que face ao teor das reuniões, a solução que esperavam não se adivinharia fácil e o mais provável é que este problema viesse a ser resolvido pelos tribunais. -----

----- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto dois** da ordem do dia. -----

----- No uso da palavra o Presidente do Município disse tratar-se de uma revisão orçamental de duzentos e dezassete mil euros, contemplando algumas obras importantes como a área de acolhimento empresarial que poderia vir a ter uma relação com a zona industrial existente, a requalificação da antiga cantina das escolas primárias, arruamentos nas freguesias de Carnicães, Vilares e Fiães, arranjos urbanísticos na Cogula, requalificação da estrada municipal entre Sebadelhe da Serra e o cruzamento de Guilherme, pequenos arranjos urbanísticos na freguesia de Moreira de Rei, contemplando a iluminação do Castelo daquela freguesia e alguma verba para a locação de edifícios para uma eventual criação de um ninho empresarial de Trancoso que poderá vir a ser nas antigas instalações da antiga firma Chupas & Morrão. Em termos de receitas disse ter havido uma comparticipação referente à construção do quartel de bombeiros em Vila Franca das Naves, uma verba aproximada de cento e dezassete mil euros, do IMI

via eólicas cerca de oitenta mil euros, bem como uma comparticipação das eólicas para a recuperação da estrada de Sebadelhe da Serra no valor de vinte mil euros.-----

----- Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa colocou a proposta à votação tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. Informou que se iria passar ao **ponto três**.-----

----- Usou a palavra o Presidente do Município informando que o ultimo concurso publico para a recolha de resíduos sólidos urbanos de 2014 terminaria a 31 de Agosto de 2016. Pretendiam começar a tratar de um concurso para três anos, apontando um valor de nove mil e setecentos euros/mês, perfazendo um custo total trezentos e quarenta e nove mil e duzentos euros.-----

----- Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa colocou a proposta à votação, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. Informou que se iria passar ao **ponto quatro**.-----

----- O Presidente do Município informou tratar-se de um compromisso que vinha de um mandato anterior relativo à aquisição de um armazém em 2008, tendo tido um custo de duzentos e vinte e cinco mil euros a pagar em quinze anos. Referiu que estava em causa, este ano, a transferência de cerca de dezasseis mil euros para a junta de freguesia para esta fazer o pagamento.-----

----- Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa colocou a proposta à votação tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. Informou que se iria passar ao **ponto cinco**.-----

----- Usando da palavra, o Presidente do Município referiu que a Câmara Municipal, tal como em anos anteriores, procurou ajudar a realização do carnaval na freguesia de Vila Franca das Naves. Disse ter estado presente, tendo valido a pena o que assistiu. Disse que, este ano, o evento coincidiu com dois outros significativos, Festa de São Brás nos Montes e com a Feira das Tradições em Pinhel. Crê que se se trabalhasse em rede, uns eventos poderiam complementar os outros. Mencionou que o subsidio em causa era de cinco mil euros e iriam procurar melhorar no próximo ano.-----

----- Interveio o Presidente da União de Freguesias de VFN e Feital considerando que este ano tinha sido o mais fraco de todos, tendo havido uma diminuição de pessoas. Saliu que os municípios vizinhos apostam mais e que obrigam as associações a participar. Disse que seria importante pensar o que se deveria fazer para melhorar o Carnaval em Vila Franca das Naves. Pensa que, por vezes, se deveria copiar um pouco o que os concelhos limítrofes realizam e, talvez, fosse positivo envolver, neste evento, outras freguesias e associações. Referiu que a Feira das Tradições, em Pinhel, não prejudicava o evento, mas sim outros municípios vizinhos que apostam mais naquilo que têm. Saliu que a Junta de Freguesia estaria sempre disponível para falar sobre o assunto no sentido deste evento vir a ser melhorado.-----

----- Em resposta, o Presidente do Município disse concordar e deu o exemplo da Feira do Fumeiro onde conseguiram envolver grupos de bombos, concertinas e ranchos do concelho. Referiu que iriam sensibilizar os grupos existentes e aproveitou para agradecer a participação dos mesmos nas várias iniciativas. Disse que iriam trabalhar em conjunto de forma a que esses grupos, existentes no concelho, pudessem participar já no próximo carnaval de Vila Franca das Naves.-----

----- Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa colocou a proposta à votação tendo sido a

mesma aprovada por unanimidade. Informou que se iria passar ao **ponto seis**. -----

----- Usou da palavra o Presidente do Município informando que existem empresas que possuíam instalações não licenciadas e que o decreto lei 165 exigia às mesmas para poderem vir a obter esse licenciamento, além de outros documentos, a declaração de reconhecimento de interesse público por parte da Assembleia Municipal. Saliou o trabalho feito pela Eng<sup>a</sup> Gabriela Lopes relativamente a este assunto. Referiu que estes pedidos estavam dentro da lei uma vez que tinham dado entrada antes do dia dois de Janeiro. -----

----- Interveio o Presidente da União de Freguesias de VFN e Feital referenciando que relativamente a estes ovis, depois da última sessão da Assembleia, avisou os proprietários dentro do prazo limite. Sabe da existência de outros casos semelhantes e questionou o Presidente do Município se existia alguma forma que permitisse às pessoas procederem a esses pedidos. -----

----- Em resposta o Presidente do Município afirmou que só se houvesse uma prorrogação do referido Decreto Lei. -----

----- Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação cada pedido, individualmente, tendo sido os mesmos aprovados por unanimidade. Comunicou que se iria passar ao **ponto sete** e que o grupo municipal do PS tinha escolhido para integrar o Conselho Municipal da Juventude o membro da assembleia Daniel José Salvador Joana. Solicitou para que o grupo municipal do PSD indicasse o membro da assembleia. -----

----- No uso da palavra o Presidente do Município expôs que o regulamento do Conselho Municipal da Juventude já tinha sido aprovado em 21 de junho de 2010 na Câmara Municipal, em 30 de Junho, do mesmo ano, na Assembleia Municipal, tendo sido publicado em 29 de Setembro de 2010 em Diário da República. Disse que reconhecia a importância da existência deste conselho, querendo reunir as vezes que constam em regulamento. -----

----- O membro da assembleia Tomás Martins comunicou que o representante do grupo municipal do PSD seria o membro da assembleia Hugo Neves. -----

----- O Presidente da Mesa, na sequência do esclarecimento prestado pelo Presidente do Município, informou sobre a composição do Conselho Municipal da Juventude. -----

----- Não havendo intervenções do público no **ponto sete** e nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada irá ser assinada pelos Secretários e Presidente da Mesa. -----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia

----- O Primeiro Secretário

----- O Segundo Secretário